

A Família Real Portuguesa e os 960 Reis

Marco Túlio Freire Baptista

Neste ano de 2008 será festejada e lembrada de diversas formas os 200 anos da vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil. Os benefícios advindos da transferência da Corte para nosso país (então colônia) são inegáveis e memoráveis. No entanto, vejamos também pelo prisma da numismática.

Com a proximidade da invasão de Portugal pelas tropas Napoleônicas, D. João, então Príncipe Regente, tomou uma atitude de extrema coragem para salvar o Reino (muito criticada por seus patrícios) e transferiu a Corte para sua principal colônia, o Brasil. Sua partida, às pressas, foi organizada o bastante para amontoar na sua frota cerca de 14.000 pessoas, entre nobres acostumados à vida abastada e serviçais.

Ao chegar ao Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, depois de uma breve estada nos redutos baianos (cerca de um mês), D. João se deparou com um problema muito sério: como manter toda aquela corte, longe das fabulosas arrecadações Portuguesas e, ainda, manter o padrão de vida abastado de tão grande nobreza? A solução veio muito rápida: Fazer dinheiro! Isso mesmo, fazer dinheiro. Ora, se o meio circulante da época era baseado no valor do metal ou de reservas em ouro, para fazer dinheiro precisava, sem dúvida, de um adicional de metal precioso para a cunhagem de moedas ou para estocagem como reserva do Reino. Mas este acréscimo de metal precioso não estava disponível; inclusive o período do auge da mineração já havia passado há tempos. Muito bem, a solução posta em prática, foi uma das primeiras medidas inflacionárias no nosso país. A prata espanhola circulava ilegalmente e com boa freqüência por aqui, na forma de moedas de 8 reales, cunhadas em diversas colônias espanholas e até na Metrópole. O que D. João fez, foi legalizar esta circulação, cobrando um ágio para tal. Assim, o Alvará de 01 de setembro de 1808 autorizava a contra-marca (ou carimbo) aplicada em moedas hispano-americanas de 8 reales para circularem livremente pela Província de Minas Gerais. A questão é que estas moedas eram negociadas a um valor de 750 réis aproximadamente e passaram a receber um carimbo com o novo valor

de 960 réis (não existente no sistema financeiro da época, limitado a 640 réis), embolsando, assim, a diferença para o sustento de sua Corte.



Esta contra-marca é conhecida vulgarmente como Carimbo de Minas, já que se destinava à circulação de moedas hispano-americanas exclusivamente na Província de Minas Gerais.

Muitos navios saíam do Rio de Janeiro com destinos às colônias espanholas, com as quais se mantinham boas relações, carregando ouro e retornavam repletos de moedas de 8 reales. Estas, compradas ao câmbio corrente eram remarcadas nas Casas da Moeda do Rio de Janeiro, Bahia e nas Casas de Fundição de Vila Rica, Sabará e Serro Frio. Esse procedimento aumentou o meio circulante, sendo de bom agrado para a população colonial. Da mesma forma, a Família Real não tinha do que se queixar! O sucesso dessa nova moeda foi tão grande que se instituiu o novo valor de 960 réis (ou 3 patacas) com o Alvará de 20 de novembro de 1809. Preparou-se, a partir daí, a recunhagem total das moedas hispano-americanas para circularem em todas as províncias da colônia. Surgiu, desta maneira, uma das moedas mais cobiçadas por colecionadores no Brasil e no Mundo: o Patacão.

Entre 1810 e 1821, quando D. João retornou a Portugal, foram cunhadas cerca de 20 milhões de moedas de 960 réis. Calculando-se um ganho de 150 réis por moeda, já descontados os gastos com a operação de compra (podendo o lucro ter sido maior), chega-se a cifras de 3.000.000.000 réis ou 3.000 contos de réis. Esta cifra corresponde a cerca de nove (9) toneladas de ouro, apenas para gastar com os requintes da Corte.

O processo de recunhagem era um tanto arcaico e, muitas vezes, acarretava na quebra do próprio cunho. Por isso, diversos cunhos de anverso e reverso podiam ser usados para a cunhagem de uma mesma data, o que deu origem a variantes de uma mesma moeda. De 1810 a 1834, foram cunhadas cerca de 18 milhões de moedas de 960 réis, distribuídas nas 21 datas (1828, 1829, 1830 e 1831 não foram cunhadas). Atualmente já foram catalogadas mais de 2.200 variantes.



Numismatas aficionados em 960 réis, atualmente, procuram catalogar, além das variantes de cunho, também as moedas bases, pois provinham de diversas colônias espanholas. E, dentro de uma mesma colônia, podiam originar-se de Casas da Moeda diferentes. E, ainda, como eram aproveitadas todas as moedas que cumprissem os padrões de exigência das Casas da Moeda do Brasil, poderiam ser utilizadas moedas de várias épocas. Assim, utilizaram-se como moedas-bases as cunhagens dos reis espanhóis desde Felipe V até Fernando VII (cinco reis) e, ainda, algumas de repúblicas que se tornaram independentes no período, como Peru, México e Chile. Isto multiplica, mais ainda, o número de variantes.

Esta identificação é feita pelos vestígios visíveis na moeda, que o novo cunho não conseguiu apagar, demandando extremo conhecimento das moedas hispano-americanas e espanholas.

Resumindo, a vinda da Família Real para o Brasil além de ter valorizado a nossa história em muitos aspectos, também deu mais este requinte ao nosso meio circulante: os 960 réis, um presente inestimável para a Numismática Brasileira.

REFERÊNCIAS

- PROBER, Kurt.** Catálogo das moedas Brasileiras. 2ªEd. Gráfica Canton LTDA. São Paulo. 1966.
- FERREIRA, Lupércio Gonçalves.** Catálogo Descritivo dos Patacões da Casa da Moeda do Rio de Janeiro. Vol 1 e 2. Recife, 1978 e 1981.